

É TEMPO DE RESISTÊNCIA | DEPUTADO ESTADUAL | PSOL RENATO ROSENO

Boletim Informativo | Outubro de 2015 | Mandato É tempo de Resistência | Dep. Estadual Renato Roseno (PSOL)



Foto de Capa: CADERNO REGIONAL DA SUE-BACIA DO MÉDIO JAGUARIBE - Assembleia Legislativa do Ceará

SOCIOEDUCATIVO

Novas rebeliões agravam crise no Sistema Socioeducativo cearense. A situação se torna insustentável. Há uma falência do sistema. Movimentos estão cobrando ações, fiscalizando, pressionando. O momento pede respostas urgentes

CRISE HÍDRICA

O cenário exige uma revisão do modelo de gestão das águas e da forma de cobrar pelo seu uso, considerando a demanda, o desperdício e o reaproveitamento, a começar pelos setores que mais consomem - o agronegócio e a indústria, trilhando caminhos para a segurança hídrica

CRISE HÍDRICA:

O LIMITE É DE ÁGUA, MAS TAMBÉM É FUNDAMENTALMENTE DE GESTÃO DAS ÁGUAS

SORAYA TUPINAMBÁ

Em 2015 o tema da crise hídrica tem sido recorrente e nesse momento propomos refletir quais as questões que emolduram esse cenário da crise hídrica que vivemos no Brasil e no Ceará. No estado do Ceará e no Nordeste brasileiro o acesso e a gestão da água no contexto climático do semiárido são tratados dentro de um arcabouço maior, qual seja a Convivência com o Semiárido, com ações técnicas, educativas e políticas e isso é feito já há algumas décadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Segundo relatório da Agência Nacional das Águas – ANA (2013), os maiores consumidores da água disponível no país são o agronegócio (em média 72%) e a indústria (em média 22%), enquanto o uso doméstico gasta apenas uma média de 6%. O que esses percentuais revelam é que enquanto países ricos investem em tecnologia da informação e outros setores

econômicos com demanda reduzida de água, o Brasil investe em fruticultura convencional e agrocombustíveis com consumo intensivo de água, num modelo concentrador de terra, água e outras riquezas.

É preciso fechar as torneiras para o agronegócio perdulário e esbanjador, ou seja, é necessário limitar as atividades com consumo intensivo de água fechando literalmente as torneiras da grande irrigação, controlando rigorosamente e investindo na recuperação ambiental das bacias, de seus rios, matas ciliares, nascentes; buscando otimizar ainda o uso da água com estruturas mais eficientes do ponto de vista da economia de água; promovendo o reuso e a despoluição das águas através do saneamento ao tempo em que se investe em captação de água de chuva das mais distintas formas, inclusive em metrópoles como Fortaleza e em cidades médias.

A diminuição da disponibilidade hídrica em algumas regiões do país, vem sendo apontada por cientistas como decorrência da elevada supressão de vegetação na Amazônia brasileira (18% desmatado) – importante produtora de vapor d’água que são responsáveis pela formação das nuvens que proporcionam as chuvas no centro-oeste e sudeste, e no cerrado (50% desmatado) – o armazenador de águas subterrâneas responsáveis pelas nascentes de rios importantes como o São Francisco.

Para além de um desmatamento desenfreado, inclusive da Caatinga (46%), a ação humana decorrente do agro e hidronegócio além da redução no volume de água disponível ainda compromete sua qualidade com o lançamento de esgoto não tratado, lixo, agrotóxicos e resíduos industriais no meio ambiente, contaminando rios, lagoas e lençol freático, reduzindo a biodiversidade e por consequência contribuindo para o aquecimento global.

Deve-se construir adicionalmente e dentro dos marcos da convivência com o semiárido, uma imensa malha de pequenas obras nas zonas rurais, a exemplo dos barreiros profundos, pequenas e médias barragens em córregos não perenes, e das cisternas para água de beber, cisternas calçadão, tanques de pedra, barreiro trincheira e outras tecnologias para captação, armazenagem e distribuição de água para a produção de alimentos com foco na agroecologia.

Diante disto tudo exposto, sobretudo no semiárido brasileiro, os governos e a sociedade civil devem aprofundar a reflexão em torno das reais causas da crise hídrica, e implementar políticas públicas eficazes e estruturantes de Convivência com os nossos biomas e no contexto climático de cada região.

Propomos também, a revisão do modelo de gestão da água e da forma de cobrança pelo seu uso, considerando a demanda, o desperdício e o reaproveitamento, a começar pelos setores que mais consomem – o agronegócio e a indústria. Desse modo, poderemos trilhar caminhos para a segurança hídrica, contornando efeitos danosos de fenômenos naturais como a seca, e a prevenção de conflitos.

Defendemos a elaboração dos Planos Municipais de Água de modo a dispor de mecanismos físicos e financeiros que permitam uma adequada estruturação, orientação, monitoramento e controle sobre o uso da água no semiárido em seu contexto climático, com base na Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei No 9.433/1997, a qual institui que os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

“É PRECISO FECHAR AS TORNEIRAS PARA O AGRONEGÓCIO, LIMITAR AS ATIVIDADES COM CONSUMO INTENSIVO DE ÁGUA, FECHANDO LITERALMENTE AS TORNEIRAS DA GRANDE IRRIGAÇÃO.”



CALAMIDADE HÍDRICA

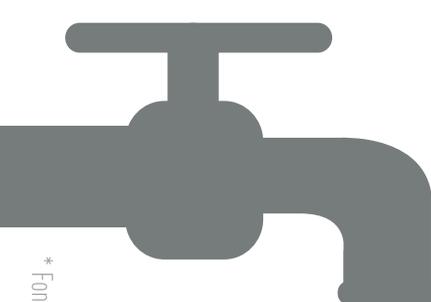
POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS

Edmar Lemos é morador da comunidade do Penha, em Banabuiú, sertão central do Ceará. Tem 70 anos e é presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Penha. Edmar costumava ver o açude Banabuiú cheio, “o açude Banabuiú, todo mundo sabe da história, ele tinha sete metros e meio a cima da

lâmina do sangrador. Eu digo isso porque eu conheci lá. E hoje tá lá embaixo”, conta.

De tempos pra cá a situação que vivenciam Edmar e a grande maioria das famílias da região é diferente – açude quase seco, o gado morrendo de fome, o povo tendo que furar poços profundos para sobreviver.

“Eu vi esse Banabuiú, seco, apartado, nos anos de 71 e 72. Nunca mais ninguém tinha visto o Banabuiú seco desse jeito”, lembra Edmar. Mesmo sendo o 3º maior açude do estado, o Banabuiú é um dos tantos que sofre com a crise hídrica no Ceará.



58%

AGRONEGÓCIO

58% é destinado ao agronegócio

23%

ABASTECIMENTO URBANO

23% é destinado ao abastecimento urbano

13%

INDÚSTRIA

13% é destinado à Indústria

3%

ABASTECIMENTO RURAL

3% é destinado ao abastecimento rural

3%

DESSEDENTAÇÃO ANIMAL

3% é destinado à dessedentação animal

DE TODA A ÁGUA DISPONÍVEL
NOS RESERVATÓRIOS DO CEARÁ.*

CADÊ A ÁGUA QUE ESTAVA AQUI?

Engana-se quem pensa que o que fez com que o Banabuiú chegasse ao número preocupante de 0,88% da capacidade, se resume a uma característica climática do semiárido – a situação de calamidade que não só o Banabuiú, mas vários reservatórios no estado e no país enfrentam, é mais complexa do que isso: tem relação direta com a distribuição da água.

Para se ter ideia, segundo relatório de 2013 da Agência Nacional de Águas (ANA) cerca de 72% da água disponível em todos os reservatórios do Brasil é destinada ao agronegócio e quase 22% para a indústria, nenhuma dessas duas atividades, via de regra, executadas por pequenos agricultores,

mas sim por grandes empresas nacionais e internacionais.

Como explica Alexandre Araújo Costa, professor do Mestrado de Ciências Físicas Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), “o Banabuiú, nesse quadro lamentável a que gente assiste, é uma expressão dupla da crise que o grande capital engendra pra nossa população: primeiro a mudança climática, que agrava as secas e diminui a disponibilidade de água. Segundo, o seu uso (das águas) irresponsável a partir das grandes empresas, privando a população desse bem fundamental para a vida”.

“SECARAM O NOSSO BANABUIÚ”

Mesmo que a média de armazenamento de água de todas as bacias do Ceará esteja em 14,6%, segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), o Governo do Estado segue mantendo a concessão de outorga e abatimento de 50% na cobrança da água para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém que, sozinho, consome 6% da água bruta. Quando finalizado, o Complexo Industrial deve usar 2.200 litros de água por segundo.

Enquanto para o agronegócio e para a indústria não falta água, na comunidade do Penha os moradores assistem ao rio, já com menos de 1% da capacidade, secar ainda mais – antes eram escoados (sobretudo

para grandes irrigantes) 8 m³ por segundo, depois 4 m³ por segundo e agora 1,2 m³ por segundo, até que, como conta Edmar, a bomba comece a levar lama, porque água não há mais o suficiente.

“Eu vejo umas pessoas dizer que essa água do Banabuiú ia pra enriquecer umas empresas. Outras diziam que essa água ia pro Pecém. Outras, que essa água ia pra Fortaleza, encher o açude gavião, não é isso mesmo? E enquanto isso quem ficou na penúria, numa situação difícil, fomos nós. (...) Soltaram essa água num volume muito grande, o que fez com que o nosso Banabuiú secasse. No meu conhecimento, eu acho que isso aconteceu porque o poder maior

mandava no Banabuiú todo. Então ele (poder) fez da maneira que ele quis lá, favorecendo eles lá e nós pobre chegando ao ponto de ficar na circunstância em que nós estamos”, enfatizou Edmar.

No sertão, água se transformou em um direito que não chega para todos, mas sim para quem paga mais. “Nós somos gente. E o homem do campo é um homem sofredor e trabalhador. Eu espero das autoridades que eles olhem pro sertanejo, pra toda a região do Banabuiú com bons olhos. Que vejam que a água do nosso Banabuiú foi secada porque eles botaram pra ir embora”, finaliza, Edmar.



“SOLTARAM ESSA ÁGUA NUM VOLUME MUITO GRANDE, o que fez com que o nosso Banabuiú secasse”, afirma Edmar Lemos, morador da comunidade do Penha, em Banabuiú, sertão central do Ceará, ele tem 70 anos e é presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Penha.

CRISE NO SOCIOEDUCATIVO

“ATÉ QUANDO OS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS VÃO SEGUIR SEM RESSOCIALIZAR?”

“Entraram dizendo assim, ó: ‘bota a mãozinha pra fora da grade, pra perder a mão. Vai morrer, preso! Agora vocês vão conhecer o inferno’”. O depoimento é de um adolescente internado no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, sobre a entrada da polícia no dia 16 de agosto. Infelizmente, este não é o único relato que denuncia a tortura e extrema violência a qual os adolescentes em privação de liberdade no Ceará são submetidos – comidas mofadas, falta de água, falta de colchões, agressões físicas e verbais por parte dos instrutores e da polícia, são hoje realidades cotidianas de vários centros socioeducativos no estado.

Atualmente, Fortaleza oferece 590 vagas para adolescentes em conflito com a lei, no entanto, até sexta-feira (17/10) eram 923 internos – uma superlotação de 156%. Destes 923 internos, 67% se concentram em apenas três centros: o São Miguel, o São Francisco e o Passaré, os três com mais de 300% de superlotação.

Em um ano o Sistema Socioeducativo cearense já enfrentou mais de 40 rebeliões e cerca de 250 adolescentes fugiram de unidades de internação – só entre os dias 14 e 21 de outubro foram mais de dez

incidentes conflituosos em cinco dos sete centros de Fortaleza, a interdição de mais do centro Patativa do Assaré e a fuga de 68 internos do São Miguel, a maior do estado.

“ESTAMOS COBRANDO, FISCALIZANDO, PRESSIONANDO. TEMOS QUE TER RESPOSTAS URGENTES”

No dia 8 de outubro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos com a participação da assessora jurídica do Centro de Defesa das Crianças e Adolescentes do Ceará (CEDECA Ceará), Nadja Bortolotti, discutiu as violações de direitos humanos nos centros cearenses e decidiu que uma comissão fará uma visita no estado para averiguar as denúncias e tomar as medidas cabíveis, considerando o Ceará como um “caso emblemático para uma intervenção exemplar na temática do socioeducativo”.

Com o objetivo de buscar soluções para o colapso do Sistema Socioeducativo no Ceará, o mandato É Tempo de Resistência (dep. Renato Roseno – PSOL), juizes, promotores e vários representantes de entidades da sociedade civil como o CEDECA Ceará e o Fórum Permanente de ONGs de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Fórum DCA) se reuniram com a governadora em

exercício Izolda Cela, firmando acordos como o de que sejam responsabilizados aqueles que, em nome do Estado, violam direitos e torturam os adolescentes.

Anteriormente, diante dos graves casos de violação de direitos humanos nos centros cearenses, parlamentares e entidades da sociedade civil foram até Brasília, levando a situação ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios e, posteriormente, ao Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, solicitando uma inspeção institucional no Estado do Ceará.

“Estamos vivendo um quadro crítico: com três unidades superlotadas em que as rebeliões se acumulam. Um quadro de tortura institucional que só gera mais violência e morte, tanto para quem está dentro como para quem está fora, de negação de qualquer possibilidade de socioeducação. (...) Aquilo é uma panela de pressão prestes a explodir. Estamos produzindo mais gente violenta, não estamos fazendo aquilo que deveria ser feito. O que falta mais? Há situações absurdas, insustentáveis. Há registro de mortes de adolescentes com características de execução logo que saem do sistema. Há uma falência do sistema. Estamos cobrando, fiscalizando, pressionando. Temos que ter respostas urgentes, pois as pessoas estão morrendo, fisicamente e socialmente. De fato, os



A CRISE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO SE AGRAVA. De acordo com denúncias de familiares dos internos, os adolescentes relatam que os instrutores jogam a comida dentro dos dormitórios e que eles precisam fazer suas próprias colheres, com papel.

**“AQUILO É UMA
PANELA DE
PRESSÃO PRESTES A
EXPLODIR. ESTAMOS
PRODUZINDO MAIS
GENTE VIOLENTA,
NÃO ESTAMOS
FAZENDO AQUILO
QUE DEVERIA SER
FEITO.”**

seres humanos só assimilam o que lhes é ofertado: se eu oferto violência, não posso querer que se entenda outra linguagem que não a da violência. Isso tudo num sistema que está completamente entregue às entidades privadas e que custa R\$4 mil por adolescente/mês. Há algo muito errado”, aponta Renato Roseno.

Até quando serão toleradas torturas nos centros educacionais? Até quando os adolescentes internados serão privados de direitos básicos, como educação, saúde e alimentação? Até quando o Governo do Estado será omissivo? Já passa da hora do poder público, que não ouviu os movimentos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes que há anos anunciavam a tragédia no socioeducativo, assumir a situação de emergência nos centros cearenses e garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

- 1.** Em cinco dias, entre os dias 14 e 21 de outubro, foram mais de 10 episódios conflituosos nos centros educacionais de Fortaleza.
- 2.** Entre agosto e agora, já foram mais de 20 incidentes graves nas unidades do sistema socioeducativo em Fortaleza. Entre eles, a grave intervenção da Polícia Militar com denúncias de torturas como choque elétrico nas partes íntimas, no Passaré (16.10), a rebelião no centro Patativa do Assaré (03.09) que em menos de 24h levou à interdição da unidade, a maior fuga do socioeducativo cearense, notícia do assassinato de quatro adolescentes envolvidos na fuga, no São Miguel (28-29.09)
- 3.** Até a última sexta-feira (17.10), em Fortaleza, havia 923 adolescentes internados. Oficialmente são apenas 590 vagas - uma superlotação de 156%.
- 4.** Apenas três unidades (São Miguel, São Francisco e Passaré) concentram 67% dos internos: no São Miguel a superlotação é de 362%, no São Francisco de 363% e no Passaré de 661%.

MANDATO DE IDEIAS E INICIATIVAS

Uma articulação com os(as) companheiros(as) de luta e os movimentos sociais. Nosso Mandato ativo no parlamento e nas ruas. Na capital e no Interior! Acompanhe algumas atividades que tiveram participação do Mandato É Tempo de Resistência (Deputado Estadual Renato Roseno - PSOL).



Audiência Pública para discutir o acesso à Justiça e a necessidade de Defensores Públicos nas comarcas do Ceará.

Dia 23 de setembro no Complexo de Comissões da Assembleia Legislativa do Ceará. ww



Caravana no Litoral Leste do Ceará

Nos dias 26 e 27 de setembro, percorremos localidades em Beberibe, Praia das Fontes, comunidade Quilombola do Cumbe, Canaveira, Córrego de Ubarranas (Aracati) e Barreiras (Icapuí).



Audiência Pública sobre promoção de direitos para LGBTQ de Itatira

Audiência Pública para debater mecanismos de combate à violação de direitos humanos e promoção de direitos da população LGBTQ em Itatira (Ceará). Dia 28 de setembro na Câmara Municipal de Itatira.



Audiência Pública sobre o plano agroecológico

Dia 29 de setembro, às 14h30min, no Complexo de Comissões da Assembleia Legislativa do Ceará. A audiência pública foi requerida pelos deputados estaduais Renato Roseno (PSOL), Moisés Braz (PT) e Elmano de Freitas (PT).



Minicurso na URCA

Atividade de campo do mini-curso “Água e Sustentabilidade sob a perspectiva dos direitos humanos e sustentabilidade ambiental no século XXI” em Currais de Baixo. Dia 2 de outubro



Audiência Pública sobre o funcionamento do CCBJ

Audiência Pública sobre o funcionamento do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) - Dia 6 de outubro, no Complexo de Comissões da Assembleia Legislativa

Fale com o Mandato!

-  /RenatoRoseno50
-  @renatoroseno
-  @renatoroseno
-  contato@renatoroseno.com.br
-  (85) 9864.5050 // (85) 3277.2792
-  Av. Desembargador Moreira, 2807
Dionísio Torres - Gabinete 314

Mandato É Tempo de Resistência Deputado Estadual Renato Roseno

Afrânio Castelo
Chefe de Gabinete
Alexsandro Lima
**Assessor Regional
(Centro-Sul)**

Andrea Bardawil
Assessora de Cultura
Angeline Carolino
Assessora Administrativa
Antônio Eronilton
**Assessor Regional
(Sertão Central)**
Benedito Oliveira
**Assessor de Articulação da
Frente de Esquerda**
Caio Feitosa

**Assessor de Direitos Humanos
(Crianças e adolescentes)**
Cecília Feitosa
Assessora de Meio Ambiente
Ernesto Sales
**Assessor de Direitos Humanos
(Indígenas e negros)**
Hugo Dantas

Assessoria de Direito
Frida Popp
Assessoria de Comunicação
Isabel Cavalcante
**Assessoria de Direitos Humanos
(Mulheres)**
Jocide Benício
**Assessoria de Direitos Humanos
(Pessoas com Deficiência)**

Jonas Menezes
Assessoria de Juventude
José Filho
Motorista
Lucas Moreira
Assessoria de Comunicação
Lucimar Lima
Assessoria Administrativa
Marcelo Ramos
Assessoria de Juventude
Margarida Marques
**Assessoria de Direitos
Humanos
(Crianças e adolescentes)**
Patrícia Oliveira
Assessoria Jurídica
Raimundo Madeira
Assessoria de Comunicação
Ivna Girão
Assessoria de Comunicação
Lara Vasconcelos
Assessoria de Comunicação
Paulo Giovanni
Assessor Regional (Crateús)
Soraya Tupinambá
Assessora de Meio Ambiente
Érica Pontes
Assessora de Meio Ambiente
Talita Furtado
Assessoria Jurídica
Vânia Vasconcelos
**Assessora Regional (Sertão
de Canindé)**